

**AS FRONTEIRAS DO DESENVOLVIMENTO:  
uma análise dos conceitos territoriais na trajetória da Região  
Cacaueira da Bahia**

**THE BOUNDARIES OF DEVELOPMENT:  
an analysis of territorial concepts in the trajectory of the Cocoa  
Region of Bahia**

Jaciane Aparecida Jesus da Cruz<sup>1</sup>, Thiago Vinicius Mantuano<sup>2</sup>,  
Filipe França Neves de Oliveira<sup>3</sup>

**Palavras-chave**

Região Cacaueira da Bahia.  
Desenvolvimento Regional.  
História Econômica.

**Classificação JEL**

N96, R11, N56, R58.

**Keywords**

Cocoa Region of Bahia.  
Regional Development.  
Economic History.

**Resumo**

O presente artigo expõe uma discussão sobre os conceitos que rondam as fronteiras do sul da Bahia, Brasil, cacaueiro, que ganhou destaque no final do século XIX e início do século XX. Argumenta-se que cada conceito de fronteira corresponde a uma fase específica do desenvolvimento regional, desde o auge da monocultura agroexportadora até os desafios contemporâneos da diversificação econômica. Dessa forma, o objetivo é discutir o conceito de fronteira para além das delimitações territoriais, agregando aspectos geográficos físicos e demográficos, além de sociais, econômicos e culturais. Para isso, a bibliografia se apropria tanto da área da História, quanto da Geografia, fazendo uso de figuras para melhor visualização dos espaços referidos pelos conceitos. Concluiu-se que todos os conceitos conseguem transparecer as especificidades do território sul baiano, inseridos na monocultura do cacau.

**Abstract**

This article discusses the concepts surrounding the borders of southern Bahia, Brazil, and the cocoa industry, which gained prominence in the late 19th and early 20th centuries. It argues that each border concept corresponds to a specific phase of regional development, from the height of agro-export monoculture to the contemporary challenges of economic diversification. Thus, the objective is to discuss the concept of border beyond territorial boundaries, incorporating physical and demographic geographic aspects, as well as social, economic, and cultural ones. For this, the bibliography draws on both the area of History and Geography, making use of figures for better visualization of the spaces referred to by the concepts. The conclusion is that all concepts capture the specificities of southern Bahia, embedded in cocoa monoculture.



Recebido em: 30/07/2025

Aceito em: 09/10/2025

Publicado em: 26/12/2025

DOI: <https://doi.org/10.36113/rec.v9idossie.4744>

<sup>1</sup> Doutoranda em Economia Regional (Programa de Pós-Graduação em Economia Regional e Políticas Públicas da Universidade Estadual de Santa Cruz), Mestrado em História (Programa de Pós-Graduação em História do Atlântico e da Diáspora Africana da Universidade Estadual de Santa Cruz - PPGH-UESC), Graduação em História (UESC). É pesquisadora de História Econômica da Região Cacaueira. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-9448-2321>. Contato: jacyjcruz@gmail.com

<sup>2</sup> Doutorado em História (PPGH-UFF), Mestrado em História (UFF), Graduação em História (UFF). Professor Visitante Adjunto de História do Atlântico (PPGH/DFCH-UESC). Faz parte do Grupo de Estudos em História Econômica e do Pensamento Econômico (GEHEPE-UESC). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1347-2018>. Contato: tvmfonseca@uesc.br

<sup>3</sup> Discente da Graduação do curso de História (UESC). É pesquisador de História de Empresas e Estudos sobre a Região Cacaueira. Faz parte do Grupo de Estudos em História Econômica e do Pensamento Econômico (GEHEPE-UESC). ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-6286-9531>. Contato: ffndeo@gmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

A discussão acerca do conceito de fronteiras tem transitado por diversas áreas do conhecimento, desde contextos militares até questões religiosas. No entanto, ao longo do tempo, o significado da fronteira evoluiu e passou a abranger diferentes dimensões, incluindo aspectos políticos, territoriais, sociais, culturais e econômicos. Essa mesma evolução se aplica à forma como se entende e planeja o desenvolvimento regional, que depende de recortes territoriais precisos para a formulação de políticas públicas e a alocação de investimentos.

Partindo da perspectiva de que as fronteiras constituem um espaço vivo, com trocas e relações, sejam elas culturais, econômicas, militares entre outras, este artigo objetiva analisar como os diferentes conceitos de fronteira que delimitam o espaço do cacau refletem e, ao mesmo tempo, influenciaram as distintas fases do desenvolvimento regional do Sul da Bahia.

Durante o final do século XIX e XX o Brasil passou por mudanças de cunho político-administrativo, por conta da independência de Portugal, adquirindo a República como forma de governo. Além disso, houve a abolição da escravatura, que reestruturou as relações trabalhistas, inclusive na monocultura cacaueira (Freitas, 2023).

Foi nesse período que a região sul da Bahia começou a se dedicar ao cultivo do cacau, tendo maior relevância econômica e social durante o século XX, que durou até 1989, onde passou pela pior de suas crises, a da vassoura de bruxa (Freitas, 2023).

Os conceitos aqui analisados são “Zona Cacaueira” (com 23 municípios), “Região Cacaueira” (abrangendo 41 municípios), “Microrregião Cacaueira” (contando com 34 municípios), “Microrregião Ilhéus - Itabuna” (com 41 municípios) e Região Intermediária Ilhéus - Itabuna (com 51 municípios). Vale ressaltar que a maioria das cidades se repetem entre os diferentes conceitos.

Este artigo se justifica pela necessidade de melhor delimitar os conceitos Zona, Região e Microrregião Cacaueira, enquadrando-os dentro das discussões atuais sobre fronteiras, principalmente ao considerar as diferentes dimensões, culturais, sociais e econômicas, para além da territorial do cultivo da monocultura.

Para isso, são utilizadas figuras a fim de melhor situar o leitor a representação geográfica do espaço apontado por cada conceito. O texto expõe uma apresentação sobre o espaço do cacau, na região sul da Bahia, Brasil. Além de uma breve discussão sobre os usos do conceito de fronteira e os conceitos apontados ao sul baiano cacaueiro.

## 2 O SUL DA BAHIA: um território em disputa

A monocultura cacaueira é introduzida no sul da Bahia no final do século XIX, tornando seu espaço, uma rede ampla de fluxos de capitais, estabelecendo assim uma cultura do

cacau no baixo sul baiano, concentrando-se no eixo das cidades Itabuna - Ilhéus. Sendo assim, o motor do primeiro grande ciclo de desenvolvimento regional, que reconfigurou o território e estabeleceu uma complexa rede de fluxos de capital.

Freitas (2023) afirma que essa cultura estava presente do estabelecimento da estrutura fundiária até a exportação, sendo a atividade econômica principal da região, responsável também por definir e redefinir o espaço do sul de acordo com a acessibilidade de terras para plantio do cacau.

Tendo em vista que os principais produtores de cacau eram fazendas e roças concentradas em cidades menores, não concentrando assim a produção nos centros regionais – como Ilhéus e Itabuna – e sim em cidades pequenas.

O cacau moldou as relações políticas, alianças e até conflitos regionais, tendo a necessidade, em alguns momentos, de intervenção federal neste território. Em 1920, por exemplo, um navio da marinha, contendo cerca de 20 soldados, foi ancorado no porto de Ilhéus, para conter um conflito dos coronéis locais (Soub, 2010).

O comércio do cacau constituiu o centro urbano nesta região. Itabuna se tornou o principal polo de comércio e Ilhéus, o principal polo de exportação do fruto. Isto fez com que as duas cidades criassem uma relação de cooperação em seu funcionamento, assim como fez com que os municípios ao redor desses polos dependessem diretamente de Itabuna e Ilhéus. (Freitas, 2023).

Conforme Freitas,

As duas cidades, Ilhéus e Itabuna, estavam localizadas no centro do sistema de vias de comunicação regional e funcionaram, por sua vez, como centros de distribuição de múltiplas mercadorias que lá chegavam quase que exclusivamente em função da única e mais preciosa produção, a do cacau, que de lá saía (Freitas, 2023, p. 263).

Esta centralização também estava atrelada ao complexo de transportes, devido ao processo de escoamento da produção que era enviada para Salvador através do porto de Ilhéus, assim como a malha viária que ao redor desses municípios eram desenvolvidas em comparação às circunvizinhas.

Havia também a estrada de ferro Ilhéus-Conquista, na qual só foi construída até o município de Itabuna, aumentando mais ainda a concentração urbana nessas duas cidades. Compreender o sistema viário, assim como a cadeia produtiva do cacau e suas disputas são relevantes para entender as delimitações conceituais de espaço geográfico que houve nesse território.

### **3 FRONTEIRA: uma questão de conceito**

Atualmente, a fronteira é frequentemente associada à ideia de limites, podendo representar tanto divisões territoriais entre nações e regiões quanto delimitações simbólicas

dentro de uma sociedade. No contexto da formação dos Estados modernos, o estabelecimento de fronteiras claras e soberanas foi um elemento fundamental.

No entanto, na contemporaneidade, a noção de fronteira tornou-se mais flexível, englobando interações e trocas entre diferentes grupos e espaços. Assim, as fronteiras não são apenas barreiras físicas, mas também zonas de contato e influência mútua, refletindo relações dinâmicas que envolvem cultura, economia e política (Lewis, 1958; Burns, 1973; Cronon, 1983; Jaritz, 1999).

Para Koselleck (1992), é necessário estabelecer uma distinção entre conceito e palavra, ainda que não seja de uma forma atenta às divisões linguísticas. Pode-se entender "palavra" como um conjunto de letras que forma uma unidade pertencente a uma das classes gramaticais.

Já um conceito, representa um fato e um indicador, ou seja, ele é um indicativo de que algo está situado para além da língua. Todo conceito está articulado a um contexto ao qual ele pode atuar e se tornar compreensível.

A história dos conceitos pode ser pensada a partir de um procedimento metodológico que Koselleck (1992) chama de seleção daquilo que diz, e o que não diz, respeito a um conceito, o que pode vir a ser realizado fazendo uso da análise linguística, mas também a aplicabilidade prática do tal conceito. Ou seja, novos conceitos podem ser articulados aos conteúdos a fim de pensar novas perspectivas de uso dessas palavras como conceitos.

O horizonte de expectativa da sociedade cacaueira, de acordo com Koselleck (2007), se baseia em utilizar as suas experiências do presente para prospectar o futuro. A sociedade cacaueira, principalmente a classe dominante, se empenhou em deixar suas marcas para a geração futura, prospectando que a cultura do cacau viveria para sempre.

Segundo Ferrari (2014), o conceito de fronteira pode ser analisado a partir de duas perspectivas científicas principais. A primeira enfoca a história política entre Estados nacionais, abordando os limites da soberania e a autoridade de um poder central. A segunda, de caráter local ou regional, considera a experiência vivida e as interações entre populações em zonas fronteiriças.

Atualmente, ambas as abordagens inserem a fronteira em uma ampla e complexa problemática, tornando-a um objeto de estudo recorrente nas pesquisas científicas, com inúmeras possibilidades de investigação. No entanto, a tendência contemporânea parece direcionar o foco para uma compreensão mais humanizada, social e cultural, permitindo uma análise mais precisa e realista das dinâmicas fronteiriças e das relações que nelas se estabelecem (Ferrari, 2014).

Nogueira (2007), discute a fronteira não apenas como um limite político e territorial, mas como um espaço que carrega identidade e cultura para seus habitantes. Tradicionalmente, a fronteira é vista a partir da perspectiva do Estado, seja como um marco de soberania nacional ou um espaço de expansão econômica. No entanto, o autor propõe uma abordagem diferente, centrada na sociedade civil e na vivência cotidiana das populações fronteiriças.

Ao considerar a fronteira como um espaço de referência identitária, o autor destaca que a identidade territorial pode ser tanto nacional quanto binacional, dependendo das interações entre as populações dos dois lados da fronteira. Essa perspectiva amplia a compreensão da fronteira, reconhecendo-a como um espaço dinâmico de trocas, tensões e construção de identidades.

Ou seja, a fronteira não deve ser vista apenas como periferia ou uma linha de separação entre nações, mas como um espaço central para a formação de identidades territoriais, onde aspectos culturais, sociais e históricos se entrelaçam para moldar a vida das comunidades fronteiriças.

Para a região cacauera da Bahia, Brasil, são apresentados três diferentes conceitos que tratam das suas fronteiras, sendo eles: Região Cacaueira e Zona Cacaueira, delimitados pelo geógrafo Milton Santos (1957), Microrregião Cacaueira, Microrregião Ilhéus-Itabuna e região Intermediária e Imediata.

#### **4 AS FRONTEIRAS DO CACAU PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

A discussão sobre as fronteiras que delimitam o Sul da Bahia cacauera é, em sua essência, uma análise da própria trajetória do desenvolvimento regional. Longe de serem meras delimitações territoriais, os conceitos de "Zona", "Região" e "Microrregião" representam as sucessivas fases e os paradigmas que moldaram a economia e a sociedade local.

Cada conceito reflete uma etapa específica, desde o auge da monocultura agroexportadora, que foi o motor do primeiro grande ciclo de desenvolvimento da região, até os desafios contemporâneos de diversificação econômica e reconfiguração espacial.

O desenvolvimento inicial da região foi impulsionado pela monocultura cacauera, que se consolidou no final do século XIX e teve seu apogeu no século XX. Esse modelo de desenvolvimento agroexportador reconfigurou o território, estabelecendo o eixo Itabuna-Ilhéus como o epicentro de uma rede de fluxos de capital.

Itabuna se firmou como polo comercial, enquanto Ilhéus se tornou o polo exportador, consolidando um modelo de desenvolvimento polarizado. A infraestrutura de transportes, como o porto de Ilhéus e a malha viária, foi desenvolvida para servir a esse modelo, reforçando a centralidade das duas cidades (Pontes, 2018).

A primeira grande tentativa de conceituar esse espaço para fins de análise veio com o geógrafo Milton Santos (1957), que distinguiu "Zona Cacaueira" de "Região Cacaueira". A Zona Cacaueira representava o núcleo produtivo, enquanto a Região Cacaueira, mais ampla, era a mancha socioeconômica gerada por essa atividade, incluindo áreas de abastecimento e influência. Santos (1957) entendeu que o desenvolvimento regional não se limitava à fazenda, mas criava um espaço social, cultural e econômico mais vasto.

Posteriormente, o Estado passou a adotar seus próprios recortes para fins de planejamento. Em 1966, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) substituiu o

conceito de "Zona Fisiográfica" pela Microrregião Cacaueira, que se baseava no critério da homogeneidade econômica para gerir a área como um polo de desenvolvimento específico.

Um ponto de inflexão ocorreu com a crise da vassoura-de-bruxa em 1989, que abalou os alicerces do modelo de desenvolvimento vigente. Em resposta a essa crise, surge a Microrregião Ilhéus-Itabuna, uma nova fronteira conceitual criada pelo IBGE no mesmo ano. Embora ainda reconhecesse o predomínio do cacau, essa delimitação começou a incorporar novas dinâmicas que sinalizavam uma transição para um novo paradigma de desenvolvimento: o crescimento do turismo, a instalação de novas indústrias e a centralização de serviços e instituições de ensino superior.

A evolução mais recente veio em 2017, com a substituição das microrregiões pela Região Geográfica Intermediária de Ilhéus-Itabuna. Este novo modelo abandona o critério de homogeneidade produtiva e adota uma abordagem funcional, baseada nos fluxos populacionais e na rede urbana. A nova fronteira reconhece que, apesar da crise do cacau, os eixos de poder estabelecidos no auge do ciclo se mantiveram, mas foram transformados, adaptando-se a novas realidades econômicas e sociais.

A evolução dessas fronteiras demonstra que elas não foram apenas rótulos, mas representações das sucessivas fases do desenvolvimento regional. Cada delimitação reflete os critérios, as prioridades e as crises de seu tempo. A questão que permanece é se, em um eventual cenário de retomada da cacauicultura, uma nova fronteira conceitual surgiria para refletir um modelo de desenvolvimento regional mais inclusivo e resiliente, ou se replicaria os padrões de polarização do passado. Cada conceito fronteirístico é melhor detalhado a seguir.

## **5 ZONA OU REGIÃO CACAUEIRA?: os conceitos de Milton Santos**

Milton Santos (1957) examina a importância econômica e social do cacau para a região sul da Bahia, explorando como essa cultura agrícola moldou a vida local e as estruturas econômicas.

O cacau é um produto tropical que, apesar de ser amplamente produzido em regiões intertropicais da África e da América, é consumido principalmente em países temperados, devido ao seu alto padrão de vida. O Brasil, por exemplo, consome apenas uma pequena parte de sua produção de cacau, exportando a maior parte em forma de bagas. A indústria brasileira transforma apenas cerca de 20% da produção nacional, enquanto a indústria africana ainda faz menos processamento (Santos, 1957).

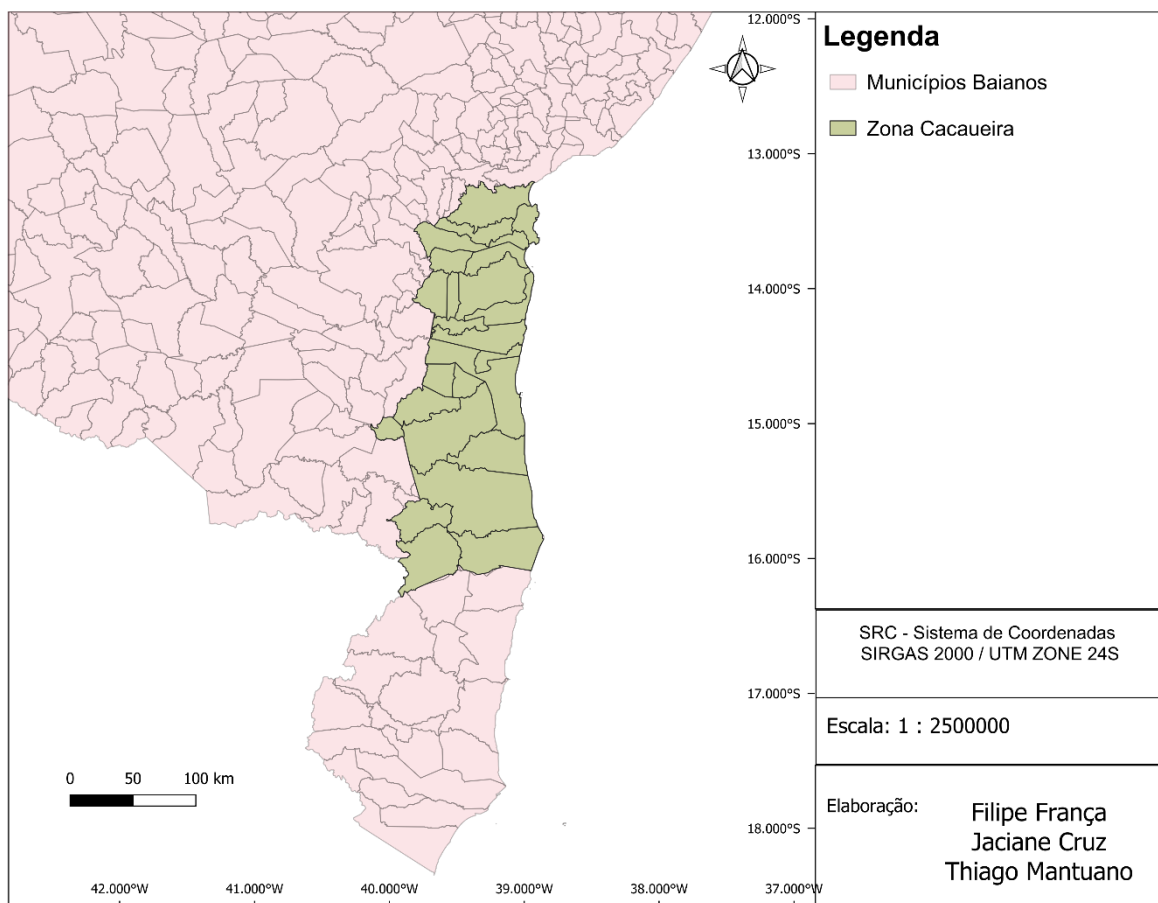
A Bahia, no Brasil, chegou a ser o segundo maior produtor e exportador mundial, mas ainda assim sua participação no mercado global foi inferior a 20%. Os principais compradores eram os Estados Unidos, Alemanha, Holanda, Argentina, Grã-Bretanha, Itália e França. A Segunda Guerra Mundial alterou significativamente as rotas de exportação do cacau brasileiro, que passaram a se concentrar nos Estados Unidos. Após o conflito, o comércio com a Europa foi retomado, com a Alemanha, por exemplo, comprando mais cacau do Brasil em 1953 do que os Estados Unidos (Santos, 1957).

A diferença entre "zona cacaeira" e "região cacaeira" pode ser compreendida a partir de suas definições e delimitações geográficas e econômicas. A "zona cacaeira" é definida e delimitada geograficamente por Santos (1957), abrangendo áreas específicas desde o Recôncavo até o extremo sul da Bahia. É uma área geográfica claramente mapeada e identificada onde a produção de cacau é predominante.

Além disso, Santos menciona a classificação do IBGE sobre a zona cacaeira e discute as discordâncias entre as áreas oficialmente consideradas produtivas e a produção real, sugerindo que a "zona cacaeira" tem uma definição mais técnica e estatística, utilizada para fins de planejamento e análise econômica.

Na zona do cacau, a definição do que é urbano pode variar conforme diferentes critérios. Administrativamente, há tantas cidades quantos são os municípios, que totalizam 20. Usando critérios estatísticos, existem localidades com mais de 20.000 habitantes, outras com mais de 5.000 e várias com populações superiores a 2.000, conforme o censo de 1950 (Figura 1). No entanto, esses critérios são puramente formais (Santos, 1957).

Figura 1 - Representação da Zona Cacaeira



Fonte: Elaborado com base em Santos (1957)

Milton Santos propõe que a caracterização do fenômeno urbano deve ser feita por meio de fórmulas geográficas que considerem a funcionalidade das cidades. Ele define a cidade como um núcleo populacional que não depende do meio circundante para sua subsistência,

um conceito que se alinha com a visão de Sombart e Brunhes, que descrevem a cidade como uma aglomeração de pessoas que dependem de produtos do trabalho externo (Santos, 1957).

Na zona cacaueira, muitas aglomerações surgiram para servir ao "front pioneiro" em determinada fase de evolução. Devido à monocultura, essas aglomerações não produzem muito para sua subsistência, necessitando importar gêneros e utilidades de outras regiões. A função comercial, embora tipicamente urbana, está intrinsecamente ligada à vida agrícola circundante, complicando a definição do que é uma cidade na zona do cacau. Muitas dessas aglomerações servem como entrepostos do cacau e não possuem a coalescência de funções urbanas interdependentes que caracterizam as cidades verdadeiras. Assim, elas podem ser vistas como "cidades-vilas" ou "vilas-cidades" (Santos, 1957).

Por outro lado, entender a região cacaueira significa olhar para além de suas fronteiras, reconhecendo-a como um espaço definido pelas complexas interações econômicas, sociais e culturais geradas pela atividade cacaueira.

Nasce, assim, abrangendo a zona cacaueira e às suas custas, isto é, às custas das suas necessidades e dos seus capitais, uma verdadeira região, a região cacaueira, cujos limites não são muito definidos, nem definitivos, mas cuja realidade se constata não apenas pelas linhas de transporte que se estabelecem, cada vez mais densas e profundas, mas pelas trocas comerciais e de toda natureza, cada dia mais intensas. [...] Do ponto de vista da geografia urbana essa zona de passagem sofre, de um lado, as influências recíprocas de Jequié e do conjunto Ilhéus-Itabuna e, de outro lado, as desse conjunto e as da cidade de Conquista (Santos, 1957, p.15).

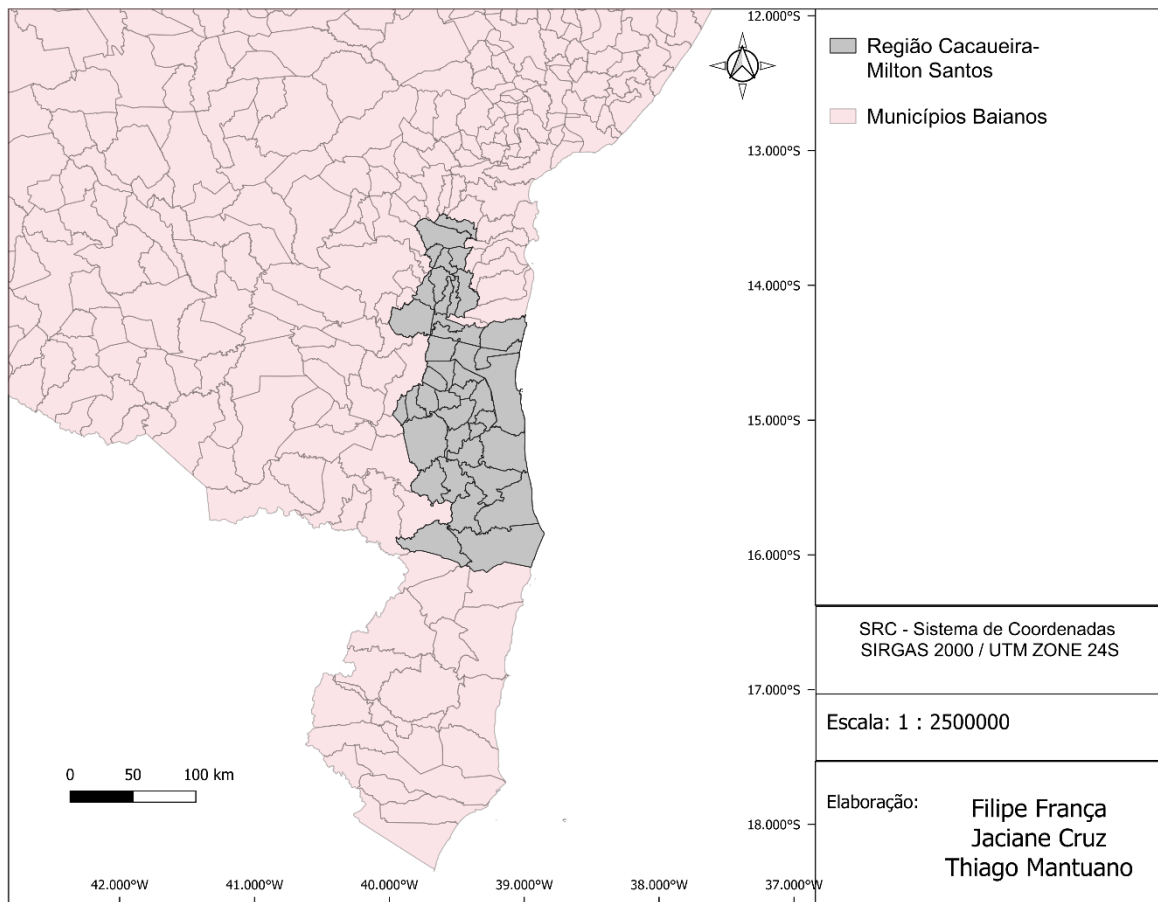
Para Milton Santos (1957), a região cacaueira não se limita à produção agrícola; é um conceito mais amplo que abarca a totalidade de suas dinâmicas socioeconômicas e históricas. Ele examina aspectos interligados como a formação de povoados, o desenvolvimento urbano e da infraestrutura, as relações comerciais e industriais, além das condições de vida, da alimentação e dos tipos humanos que moldaram a região de forma única.

A delimitação geográfica da região cacaueira baiana é traçada por Santos (1957) desde o Recôncavo até o extremo sul (Figura 2). O autor problematiza essa definição ao contrastar a classificação oficial do IBGE com a realidade produtiva, apontando divergências. Ele também explora os elementos naturais que determinaram o êxito da cacauicultura na área, citando o clima, o solo e a floresta como fundamentais para a adaptação da planta.

Deste modo, a "zona cacaueira" adota uma abordagem primordialmente geográfica e técnica, com seus limites estabelecidos para facilitar a análise da produção e da economia. Em contraste, a "região cacaueira" se define por uma perspectiva mais vasta, que incorpora as dimensões sociais, culturais e históricas, permitindo uma compreensão integral de seu papel na sociedade e na economia baiana.

Em outras palavras, enquanto a "zona cacaueira" representa uma área com fronteiras geográficas e definições técnicas precisas, a "região cacaueira" compreende uma percepção mais expandida das dinâmicas econômicas e sociais que efetivamente caracterizam a área produtora de cacau na Bahia.

Figura 2 - Representação da Região Cacaueira



Fonte: Elaborado com base em Santos (1957)

Outros autores bebem do estudo de 1957 de Santos, como é o caso de Freitas (2023), que caracteriza que a espacialização da Região Cacaueira

foi uma consequência da exploração dos recursos naturais, em outras palavras, da plantação, cultivo e produção do cacau em uma estreita faixa de terra que foi rapidamente desenvolvida, mas que, para atingir sua conformação real, foi também necessária a presença do Estado, que se concretizou pela construção de uma parte da linha férrea, pelo melhoramento das instalações portuárias na cidade de Ilhéus ou pela criação de um organismo de desenvolvimento regional, como foi o Instituto do Cacau da Bahia (Freitas, 2023, p. 118).

A noção de "região cacaueira" evoluiu ao longo do tempo, diferenciando-se do conceito de "zona cacaueira". Inicialmente, a noção de região cacaueira incluía tanto os aspectos físicos da área quanto a utilização desses aspectos pelo homem, uma distinção importante em relação ao conceito mais antigo de "zona cacaueira", que se focava apenas nos aspectos físicos (Rocha, 2008).

Assim, "Zona" pode ser entendido como o recorte técnico-produtivo, a base do desenvolvimento econômico. Enquanto a "Região" era a mancha socioeconômica mais ampla gerada por esse desenvolvimento, incluindo suas áreas de abastecimento e influência, um

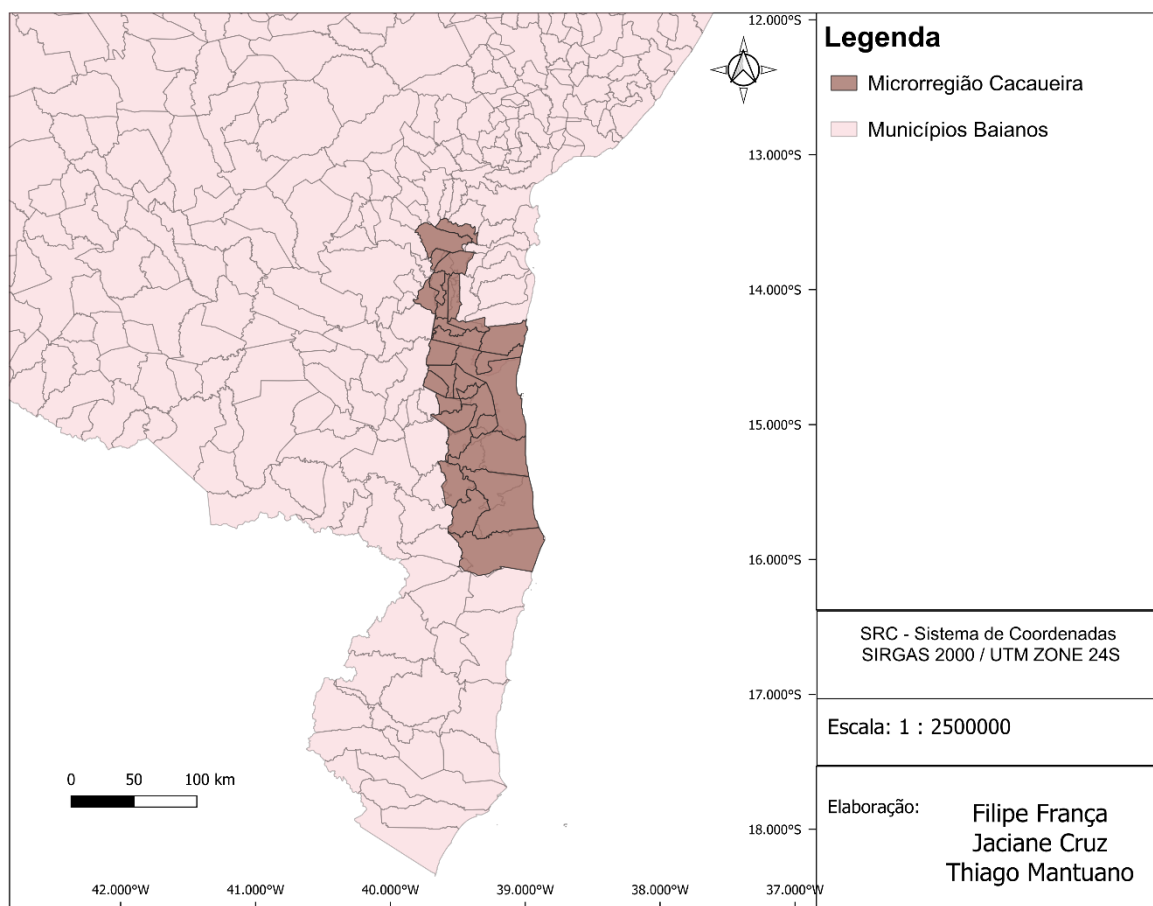
conceito fundamental para entender a real dimensão do desenvolvimento regional para além da lavoura.

## 6 MICRORREGIÃO CACAUEIRA: um novo conceito e suas adjacências

Em 1957, Santos propôs uma revisão da classificação do IBGE, sugerindo que a definição de "Zona Cacaueira" deveria considerar não apenas a produção de cacau, mas também outras atividades econômicas na região.

Em 1966, o IBGE substituiu o conceito de "Zona Fisiográfica Cacaueira" pelo de "Microrregião Cacaueira", abrangendo 28 municípios (Figura 3). Essa nova definição buscava refletir uma homogeneidade cultural, histórica, social, econômica e geográfica maior.

Figura 3 - Representação da Microrregião Cacaueira



Fonte: Elaborado com base em Vergara *et al.* (1980)

Na década de 1970, o conceito de "Grande Região Cacaueira" foi introduzido, abrangendo uma maior complexidade econômica e incluindo outros produtos agrícolas além do cacau (Rocha, 2008).

A monocultura do cacau na Região Cacaueira do Sul da Bahia resultou na formação de classes socioeconômicas específicas, incluindo coronéis, comerciantes e trabalhadores rurais, todos dependentes da produção de cacau. A crise causada pela vassoura-de-bruxa

teve um impacto significativo na região, forçando uma revisão das atitudes e práticas econômicas.

Rocha (2008), demonstra como a conceituação da região cacauzeira é complexa, envolvendo não apenas a geografia e a produção agrícola, mas também as interações sociais e econômicas que definem a área ao longo do tempo.

Os autores que utilizam o conceito de microrregião, como Rocha (2008), bebem dos autores Asmar e Andrade (1977) que afirmam que

A Microrregião Cacauzeira encontra-se situada na parte Sul do Estado, e está compreendida entre os paralelos 13° 30' S (em Teolândia) e 15° 52' S (em Belmonte) e os meridianos 39° 00' W (em Belmonte) e 39° 45' W (em Ipiauí). Estende-se por cerca de seiscentos (600) quilômetros ao longo da costa atlântica, possuindo uma largura máxima de aproximadamente duzentos quilômetros. A Microrregião Cacauzeira é limitada ao Norte pela Microrregião Tabuleiro de Valença (152), a Nordeste pela Microrregião de Jequié (144), a Oeste pela Microrregião Encosta do Planalto de Conquista (157), ao Sul (157), pela Microrregião Litorânea do Extremo Sul (156) e a Leste pelo Atlântico (Asmar; Andrade, 1977, p. 3).

Asmar e Andrade (1977) caracterizam a microrregião cacauzeira a partir de dois segmentos: a geografia física e a geografia demográfica. A geografia física engloba questões como posição geográfica, relevo, solo, clima, pluviosidade, vegetação, hidrografia entre outros aspectos geológicos.

Já a geografia demográfica considera os aspectos do processo de povoamento, intensidade geográfica, evolução e crescimento populacional, além da composição da população e sua estrutura ocupacional. Todos esses aspectos só se enquadram e se relacionam por conta da presença da monocultura cacauzeira.

Para além disso se é considerado ainda as questões industrial, comercial, social e do setor de serviços. Por isso, nesse conceito, a cidade de Itabuna é colocada como o principal polo centralizador da microrregião, enquanto os outros dois conceitos colocam Ilhéus com o centro da região e da zona cacauzeira.

Esta mudança de conceito, se dá, também, como uma formalização do Estado para fins de planejamento e desenvolvimento regional. O critério de homogeneidade econômica era a forma como o governo reconhecia e tentava gerir essa área como um polo de desenvolvimento específico.

## **7 MICRORREGIÃO ILHÉUS - ITABUNA: uma nova demanda**

A partir de 1989, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) classifica parte do sul baiano como microrregião Ilhéus-Itabuna, assim neste período, a mesorregião do sul baiano era formada por três microrregiões: Ilhéus-Itabuna, Valença e de Porto Seguro.

Ilhéus-Itabuna tinha seu fator inicial o predomínio da produção de cacau, tendo os centros regionais, os dois municípios que dão nome à microrregião que já eram centros antes dessa denominação. Conforme Trindade,

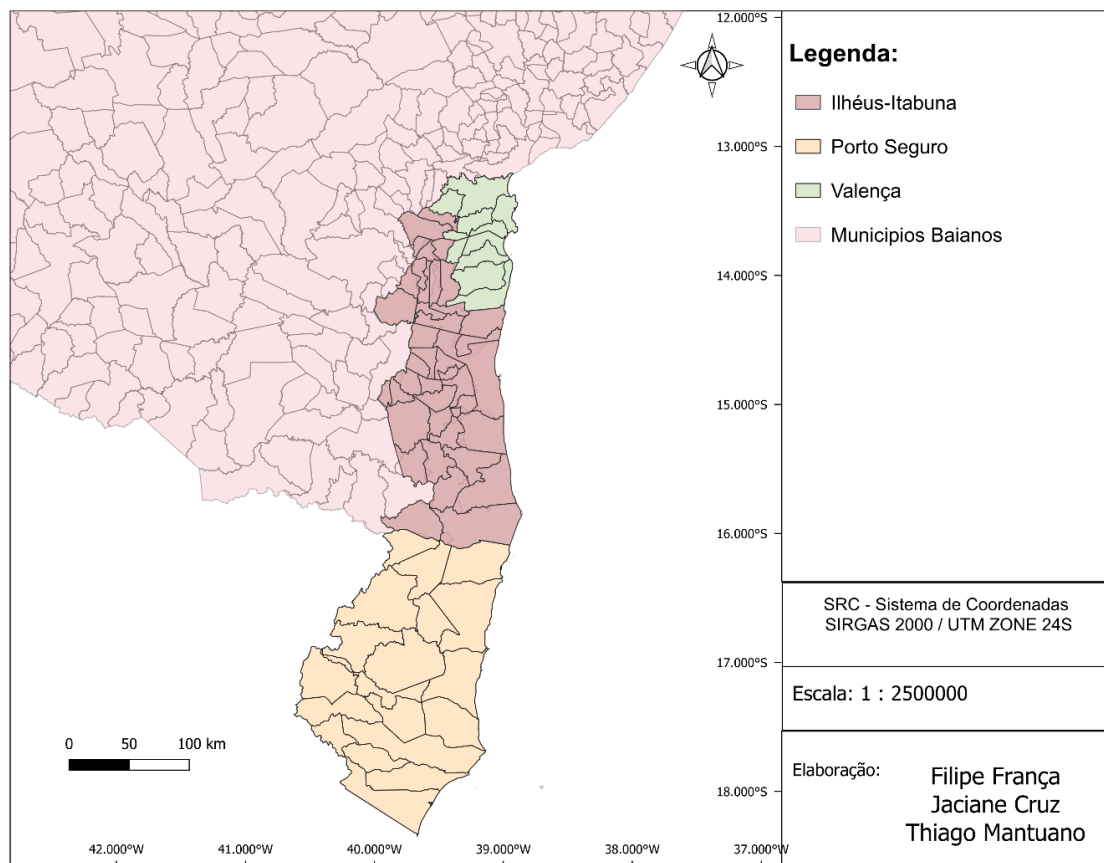
Na primeira metade do século XX, Itabuna e Ilhéus já detêm a primazia como centros regionais, em virtude do conjunto de funções que engendram: centros do comércio atacadista e varejista, locus de centralização das atividades financeiras e das firmas exportadoras de cacau, centros da decisão política, entroncamento rodoviário (Itabuna) e base portuária para o escoamento da produção de cacau (Ilhéus) (Trindade, 2011, p.76).

Apesar do fator predominante do cacau, a partir da crise da vassoura de bruxa, houve novas demandas que justificaram o caráter da denominação e dos municípios que englobam a microrregião. Conforme o que o IBGE define como microrregião

Entende-se por Microrregião uma parte de uma Mesorregião que apresenta especificidades quanto à organização do espaço, as quais não significam, contudo, uniformidade de atributos, nem conferem autossuficiência, tampouco o caráter de unicidade à Microrregião. Tais especificidades se referem a estruturas de produção agropecuária, industrial, extrativismo mineral ou pesca (IBGE, 1989, p. 1990).

Esses fatores são: o crescimento da indústria turística e de sua cadeia produtiva nos municípios de Canavieiras, Comandatuba e Ilhéus; a centralização de instituições de ensino superior nas cidades de Ilhéus e Itabuna (As duas universidades públicas presentes e diversas instituições privadas); a instalação de novas indústrias em Itabuna, Ilhéus e até em cidades de pequeno porte.

Figura 4 - Representação da Microrregião Ilhéus-Itabuna



Fonte: Elaborado com base em IBGE (2022)

O conceito de microrregião Ilhéus-Itabuna é utilizado até os dias atuais e perpassou a produção cacaueteira, que teve forte redução a partir da crise produtiva do cacau. A microrregião apresenta concentração de atividades turísticas e no setor de transportes, por exemplo o aeroporto de Ilhéus, que é utilizado pelos habitantes locais e dos municípios vizinhos. Assim como o porto, que atende à demanda de exportação de produtos baianos.

A criação deste conceito coincide com a crise da vassoura-de-bruxa, e pode ser vista como uma resposta a uma crise no modelo de desenvolvimento vigente. A nova denominação começou a incorporar novas dinâmicas que sinalizam uma transição: o turismo, a indústria e os serviços. Isso marca o início da busca por um novo paradigma de desenvolvimento regional.

## **8 REGIÕES GEOGRÁFICAS IMEDIATAS E INTERMEDIÁRIAS: o que mudou?**

Em 2017, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) fomentou uma atualização significativa nas divisões regionais do Brasil, substituindo as microrregiões e mesorregiões, que estavam em vigência desde 1989, pelas regiões geográficas imediatas e intermediárias.

Essa nova abordagem focou nas relações de dependência e no fluxo de população entre as cidades para acesso a serviços e bens. Abandonando a noção de homogeneidade produtiva ou fisiográfica, que fora utilizada anteriormente

A Região Geográfica Imediata de Ilhéus-Itabuna (Figura 5), a principal delas, inclui, além de Ilhéus e Itabuna, os municípios de Almadina, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Coaraci, Firmino Alves, Floresta Azul, Ibicaraí, Ibicuí, Ibirapitanga, Itacaré, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Maraú, Santa Cruz da Vitória, São José da Vitória, Ubaitaba e Uruçuca.

A segunda sub-região é a de Teixeira de Freitas-Porto Seguro, que engloba Alcobaça, Belmonte, Caravelas, Eunápolis, Guaratinga, Ibirapuã, Itabela, Itagimirim, Itamaraju, Itanhém, Itapebí, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Porto Seguro, Prado, Santa Cruz Cabrália, Teixeira de Freitas e Vereda.

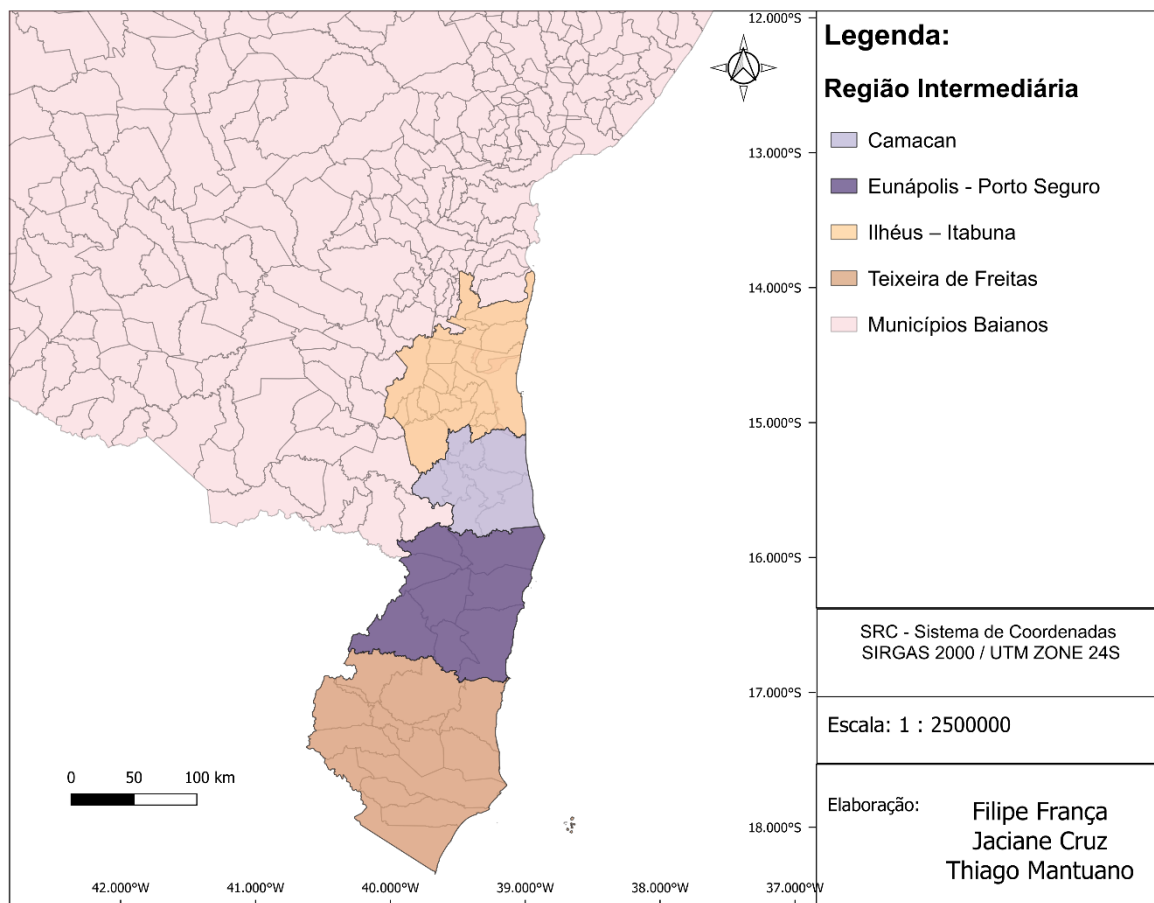
A terceira sub-região, a Região Geográfica Imediata de Camacan é formada por Arataca, Camacan, Canavieiras, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia e Una, completando o quadro da região intermediária.

A principal diferença metodológica, nesta nova forma de delimitar o espaço, é a ênfase na rede urbana como elemento central. As Regiões Geográficas Imediatas são formadas por municípios agrupados em torno de um centro urbano próximo, que funciona como polo para a satisfação de necessidades cotidianas da população, como compras, busca por trabalho e acesso a serviços de saúde e educação. Conforme IBGE,

As Regiões Geográficas Imediatas têm na rede urbana o seu principal elemento de referência. Essas regiões são estruturas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações, tais como: compras de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de saúde

e educação; e prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Ministério do Trabalho e de serviços judiciários, entre outros (IBGE, 2017, p.20).

Figura 5 - Representação da Região Intermediária Ilhéus - Itabuna com suas regiões imediatas.



Fonte: Elaborado com base em IBGE (2017)

Cada uma dessas regiões deve conter, no mínimo, uma cidade classificada como Centro de Zona B, conforme a hierarquia do estudo Regiões de Influência das Cidades (REGIC). Além de que cada região imediata deveria ter entre 5 e 25 cidades, algo que as regiões intermediárias não precisavam seguir, por se tratarem de uma escala maior. Articulando um conjunto de Regiões Geográficas Imediatas em torno de um polo de hierarquia superior, preferencialmente uma Metrópole ou Capital Regional. Esses polos se diferenciam pela existência de funções urbanas mais complexas e pela centralização de fluxos de gestão pública e privada

Essa abordagem funcional abandona o antigo critério de homogeneidade produtiva, que definia a "Microrregião Cacaueira", e passa a reconhecer a diversidade de dinâmicas que organizam o sul da Bahia. A nova classificação captura uma realidade onde a herança do cacau convive com a crescente importância do turismo, da logística e dos serviços.

Nesta nova divisão, a antiga área de influência do cacau está – em sua maioria – contida na Região Geográfica Intermediária de Ilhéus - Itabuna. O nome foi mantido em conformidade com a designação já utilizada no REGIC 2007 para concentrações populacionais com forte

articulação, como é o caso das duas cidades. Esta região intermediária é composta por 51 municípios, que se distribuem em quatro Regiões Geográficas Imediatas, sendo elas: Ilhéus - Itabuna, Teixeira de Freitas, Eunápolis - Porto Seguro e Camacã.

A região imediata de Ilhéus-Itabuna abrange 22 municípios e concentra o núcleo da histórica "Zona Cacaueira". A polarização exercida pelas duas cidades, antes vinculada quase exclusivamente ao cacau, é agora entendida de forma mais ampla, incluindo a presença de universidades, mercados atacadistas, aeroporto e um porto com novas funções, consolidando sua influência para além da lavoura cacaueira (Trindade, 2011). Teixeira de Freitas abrange 13 cidades, Eunápolis - Porto Seguro tem 8 municípios, enquanto a de Camacã – cidade que já foi a maior produtora de cacau do país – abrange 8 cidades em sua conceituação.

A nova divisão do IBGE, portanto, representa uma evolução conceitual importante. Enquanto a "Zona Cacaueira" de Milton Santos se pautava por critérios fisiográficos e a "Microrregião Cacaueira" por uma homogeneidade econômica ligada à monocultura, a classificação de 2017 capta os fluxos e a organização de um espaço mais complexo e heterogêneo. O novo modelo reconhece que, apesar da crise da "vassoura-de-bruxa", os eixos de poder estabelecidos no auge do ciclo cacaueiro se mantiveram, mas se transformaram, adaptando-se às novas realidades econômicas e sociais da região.

Esta é a evolução mais recente da conceitualização. Pode ser enquadrada como uma mudança conceitual que reflete a realidade atual do desenvolvimento regional, que não é mais baseado na homogeneidade produtiva, mas sim em fluxos, redes urbanas e interdependência funcional. A Região Intermediária de Ilhéus-Itabuna mostra que o legado do cacau ainda estrutura o poder e a influência, mas agora dentro de um mosaico de desenvolvimento mais complexo e diversificado, que inclui polos como Teixeira de Freitas e Eunápolis-Porto Seguro.

## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que um mesmo espaço geográfico pode sofrer alterações conforme o tempo, o território do sul cacaueiro passou por várias denominações diferentes e delimitações territoriais.

Assim, o conceito de zona cacaueira foi baseado em critérios fisiográficos e de posição espacial, conforme homogeneidade física. Este conceito abarcou ao todo 24 municípios e foi criado em 1940.

O conceito de microrregião cacaueira criado em 1967 pelo IBGE teve como critério a homogeneidade econômica dos municípios, abarcando 28 municípios. Tanto o conceito de zona, microrregião e região cacaueira foram analisadas através de Santos (1957) e Rocha (2008).

Região cacaueira levou em conta aspectos políticos e sociais para sua denominação, o que foi um avanço e serviu de conceito até o ano de 1989, em que foi substituída pelo conceito de Microrregião Ilhéus-Itabuna. Essa nova conceituação levou como critério o

predomínio da produção de cacau e perpassou a cultura cacaueira, sendo atualmente outros fatores que influenciam a denominação.

O conceito de região intermediária e imediata quando aplicado ao sul da Bahia, observa-se uma lógica de formação de algumas regiões imediatas, que tiveram seus centros urbanos desenvolvidos atrelados diretamente ou indiretamente a cultura do cacau – como é o caso de Camacan, cidade que já foi a maior produtora de cacau do país.

É notório que a cultura e cadeia produtiva do cacau influenciou todos os conceitos que foram utilizados no espaço geográfico, sendo um fator determinante para os critérios que aqui seriam estabelecidos.

A análise demonstra que os conceitos de Zona, Região e Microrregião não foram apenas rótulos geográficos, mas sim representações das sucessivas fases do desenvolvimento regional do Sul da Bahia. Cada delimitação reflete os critérios, as prioridades e as crises de seu tempo.

Apesar da crise que acometeu a região a partir de 1989, o cacau segue um processo cíclico de altas e baixas, como toda commodity. Cabe aqui a reflexão: em um possível cenário de retomada da cultura cacaueira, surgirá uma nova denominação para esse espaço? Mais importante, essa nova fronteira conceitual refletirá um modelo de desenvolvimento regional mais inclusivo e resiliente, ou replicaria os padrões de polarização e dependência que marcaram o passado?

## REFERÊNCIAS

ASMAR, Selem Rachid; ANDRADE, Maria Palma. **Geografia da Microrregião Cacaueira**. [S. l.]: [s. n.], 1977.

BURNS, Robert Ignatius. **Islam under the Crusaders: Colonial Survival in the Thirteenth-Century Kingdom of Valencia**. Princeton: Princeton University Press, 1973.

CRONON, William. **Changes in the Land: Indians, Colonists, and the Ecology of New England**. New York: Hill and Wang, 1983.

FERRARI, Maristela. As noções de fronteira em Geografia. **Revista Unioeste**, v. 9, n. 10, p. 1-25, 2014.

FREITAS, Antonio Guerreiro de. **A Bahia em Pedacos**. Ilhéus: Editus, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Quadro Geográfico de Referência para Produção, Análise e Divulgação de Estatísticas: Mesorregião e Microrregião Geográficas**. [Rio de Janeiro]: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/27372-quadro-geografico-de-referencia-para-producao-analise-e-divulgacao-de-estatisticas.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 12 fev. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **O recorte das Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias de 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

JARITZ, Gerhard. **The Medieval Town: A Cultural History**. Turnhout: Brepols, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.

KOSELLECK, Reinhart. **Passado e Futuro: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

LEWIS, Archibald. The closing of the medieval frontier, 1250–1350. **Speculum**, v. 33, n. 4, p. 475–483, 1958.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. Fronteira: espaço de referência identitária? **Ateliê Geográfico**, v. 1, n. 2, p. 27-41.

PONTES, Kátia Vinhático. **O binômio porto-ferrovia: o escoamento da produção cacaeira no sul da Bahia (1920-1947)**. 2018. Tese (Doutorado em História) –Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

ROCHA, Lourdes Bertol. **A região cacaeira da Bahia: dos coronéis à vassoura-de-bruxa: saga, percepção, representação**. Ilhéus: Editus, 2008.

SANTOS, Milton. **Zona do cacau: introdução ao estudo geográfico**. São Paulo - SP. 1957. 130p.

SOUB, José Nazal. **Minha Ilhéus: fotografias do século XX um pouco de nossa história**. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

TRINDADE, Gilmar Alves. **Aglomerção Itabuna-Ilhéus: cidade, região e rede urbana**. 361 f. Tese (Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Sergipe – Núcleo de Pós-graduação em Geografia). Sergipe 2011.

VERGARA, Julio Roger Arroyo; MONTEIRO, Augusto; ALVES, Fernando Albiani; BORDONI, Orlando Frederico Godoi. **Aspectos da distribuição da produção e área de cacau do Estado da Bahia**. Ilhéus: Editora da CEPLAC, 1980.